

OLAVO DE OLIVEIRA NETO
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO
PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO
**PROCESSUAL
CIVIL**

Volume 1 - Parte Geral
(Lei n.º 13.105/15 - Novo CPC)



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira Neto, Olavo de

Curso de direito processual civil / Olavo de Oliveira Neto, Elias Marques de Medeiros Neto, Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira. – 1. ed. – São Paulo : Editora Verbatim, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-8399-012-3

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Medeiros Neto, Elias Marques de. II. Oliveira, Patrícia Elias Cozzolino de. III. Título.

15-01180

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|--------------------------------------|-----------|
| 1. Brasil : Direito processual civil | 347.9(81) |
| 2. Brasil : Processo civil | 347.9(81) |

EDITOR: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

ASSISTENTE EDITORIAL: Marina Magalhães Serrano

CONSELHO EDITORIAL: Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior, José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo, Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa, Marilena I. Lazzarini, Motauri Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues, Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque, Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

ASSISTENTES EDITORIAIS: Bárbara Pinzon de Carvalho Martins e Klaus Prellwitz

CAPA E DIAGRAMAÇÃO: Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

EDITORA VERBATIM LTDA.

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

SUMARIO

PREFÁCIO.....	3
PLANO DA OBRA	5
OS AUTORES.....	9

Livro I NOÇÕES PROPEDÊUTICAS.

1. NOÇÕES PRELIMINARES	29
1.1. Vocabulário básico de direito processual civil.	29
1.2. A estrutura do Código de Processo Civil.	34
1.3. Breve evolução histórica do direito processual civil.	37
1.3.1. Importância da história do direito.	37
1.3.2. O Direito sem escrita.	38
1.3.3. O Direito dos povos antigos.	39
a) Código de Hamurabi.	40
b) Código de Manu.	42
1.3.4. O Direito na Grécia.	43
1.3.5. O Direito Romano.	44
1.3.6. O Direito dos povos germânicos.	47
1.3.7. O processo comum (1088 até 1868).	49
1.3.8. Processo civil científico	51
1.4. O direito processual civil brasileiro.	52
1.5. As normas processuais e sua aplicação.	57
1.5.1. Norma processual no espaço (eficácia espacial ou territorial).	59
1.5.2. Norma processual no tempo (eficácia temporal).	60
Verificação de Aprendizagem.....	62
Planificação para aula.....	63
Bibliografia.....	65

2. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL.....	67
2.1. A reforma ideológica do processo civil e o CPC de 1973.....	67
2.2. Constitucionalização do direito processual civil e Modelo constitucional do processo.	71
2.3. A revisitação dos institutos processuais.	75
Verificação de Aprendizagem.....	76
Planificação para aula.....	77
Bibliografia	77
3. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL	79
3.1. Princípios constitucionais do processo civil.....	81
a) Princípio do devido processo legal.	81
b) Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (do direito de ação).	83
c) Princípio do acesso à Justiça.	85
d) Princípio do contraditório.	86
e) Princípio da ampla defesa.....	88
f) Princípio da Isonomia.	90
g) Princípio do Juiz Natural.	93
h) Princípio da publicidade dos atos processuais.	95
i) Princípio da fundamentação das decisões judiciais.	97
j) Princípio do duplo grau de jurisdição.	105
k) Princípio da proibição da prova ilícita.	106
l) Princípio da celeridade processual.	108
1. Meios que garantem a celeridade de tramitação.....	111
2. Razoável duração do processo.....	112
3.2. Princípios informativos do processo civil.	115
a) Princípio dispositivo.	117
b) Princípio do impulso oficial.	119
d) Princípio da paridade de tratamento.	123
e) Princípio da oralidade.....	126
f) Princípio da economia processual.....	128
g) Princípio da fungibilidade	130

h) Princípio da lealdade processual.....	131
Verificação de Aprendizagem.....	133
Planificação para aula.....	134
Bibliografia.....	137
4. MECANISMOS COGNITIVOS DO PROCESSO CIVIL	141
4.1. Teoria da cognição.	142
4.2. Relação de prejudicialidade.	146
4.2.1. Breve apresentação do instituto.....	146
4.2.2. Evolução do conceito de relação de prejudicialidade.....	148
a) Escorço histórico.....	148
b) Concepção hodierna.....	151
c) Classificação proposta por Barbosa Moreira.....	155
Verificação de Aprendizagem.....	159
Planificação para aula.....	160
Bibliografia.....	161

Livro II
INSTITUTOS FUNDAMENTAIS
DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

5. TUTELA JURISDICIONAL.....	165
5.1. Considerações gerais.....	165
5.2. Poderes inerentes à jurisdição.....	167
5.3. Características.....	168
5.4. Definição.....	171
5.5. Tutela jurisdicional de direitos.....	173
5.6. Classificação das tutelas jurisdicionais.....	175
5.7. Procedimentos de jurisdição voluntária (não contenciosos).....	179
Verificação de Aprendizagem.....	182
Planificação para aula.....	183
Bibliografia.....	184
6. DIREITO DE AÇÃO	187
6.1. Evolução histórica.....	187

6.2. As condições da ação no atual ordenamento processual.	194
a) As partes	200
b) O Objeto (pedido).....	203
c) A causa de pedir.....	204
6.3. As condições da ação.	205
a) Legitimidade de parte.....	205
b) Interesse de agir.	208
Verificação de Aprendizagem.....	213
Planificação para aula.....	214
Bibliografia.....	215
7. PROCESSO	219
7.1. Principais vertentes de pensamento acerca da natureza do processo.	219
7.1.1. Natureza contratual.	219
7.1.2. O processo como relação jurídica.....	220
7.1.3. Outras concepções relevantes sobre a natureza do processo.	223
7.1.4. A revisitação do processo.....	225
7.1.5. O que é instituição?.....	226
7.1.6. O processo como instituição constitucional.	228
7.2. Definição.	229
7.3. Finalidade.	230
7.4. Características.....	232
7.5. Pressupostos.	234
Verificação de Aprendizagem.....	239
Planificação para aula.....	240
Bibliografia.....	242

Livro III
ELEMENTOS ESSENCIAIS
À ESTRUTURA BÁSICA DO PROCESSO

8. COMPETÊNCIA INTERNACIONAL.....	247
8.1. Os limites da jurisdição brasileira.....	247
8.2. Cooperação internacional.....	252

Verificação de Aprendizagem.....	254
Planificação para aula.....	254
Bibliografia.....	255
9. COMPETÊNCIA INTERNA.....	257
9.1. Definição.....	257
9.2. Critérios determinativos.....	259
a) Critério objetivo.....	259
b) Critério funcional.....	261
c) Critério territorial.....	265
9.3. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	271
9.4. Competência absoluta e competência relativa.....	273
9.5. Foro de eleição.....	275
9.6. Cooperação nacional.....	277
Verificação de Aprendizagem.....	279
Planificação para aula.....	280
Bibliografia.....	280
10. CONEXÃO DE CAUSAS.....	283
10.1. Noções gerais.....	283
a) A conexão na França.....	284
b) A conexão na Alemanha.....	286
10.2. A teoria tradicional. (Teoria clássica ou Teoria de Pescatore).....	287
10.2.1. Conteúdo.....	287
10.2.2. Influência da teoria tradicional.....	289
a) Influência na Itália.....	290
b) Influência no Brasil.....	291
10.2.3. Outras teorias acerca da conexão de causas: a) A teoria de Carnelutti (Teoria da identidade de questões). b) A teoria materialista.....	293
a) A teoria de Carnelutti (Teoria da identidade de questões).....	294
b) A teoria materialista.....	302
10.3. Nossa posição acerca da conexão de causas.....	303
10.4. Atual perfil da conexão de causas.....	308

10.5. Possibilidade de aplicação da teoria materialista da conexão em face do Direito Positivo Brasileiro.	314
10.6. Continência de causas.	317
Verificação de Aprendizagem.....	320
Planificação para aula.....	321
Bibliografia.....	322
11. AS PARTES E OS PROCURADORES	325
11.1. Capacidade processual.....	325
a) Incapazes.	326
b) Cônjuges.	328
c) Pessoas jurídicas e universalidades.....	332
d) Regularização da capacidade processual em juízo.....	333
11.2. Dos deveres das partes e dos seus procuradores.....	334
11.2.1. Litigância de má-fé.....	338
a) Taxatividade e limites subjetivos.	338
b) Processamento e conteúdo.	340
11.2.2. Despesas processuais.	343
a) Despesas e multas.	345
b) Honorários advocatícios.	347
11.2.3. Da gratuidade de justiça.....	352
a) Limites do benefício.....	352
b) Processamento.....	355
11.3. Dos procuradores.	357
11.4. Sucessão das partes e dos procuradores.....	360
a) Sucessão das partes.	360
b) Sucessão dos procuradores.	363
11.5. Substituição processual.	365
Verificação de Aprendizagem.....	367
Planificação para aula.....	369
Bibliografia.....	371
12. LITISCONSÓRCIO	373
12. 1. Definição.	373

12.2. Classificação.	374
12.2.1. Litisconsórcio unitário ou simples.	375
a) Distinção do litisconsórcio necessário.	375
b) Conteúdo.	377
12.2.2. Litisconsórcio necessário ou facultativo.	379
a) Distinção.	379
12.3. Princípio da autonomia dos litisconsortes.	385
12.4. Intervenção <i>iussu iudicis</i>	387
Verificação de Aprendizagem.	389
Planificação para aula.	390
Bibliografia.	391
13. DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.	393
13.1. Noções Gerais.	393
13.1.1. Definição.	394
13.1.2. Interesse.	395
13.1.3. Classificação.	398
13.2. Assistência.	401
13.2.1. Definição.	401
13.2.2. Admissão do assistente.	403
13.2.3. Assistência simples e assistência litisconsorcial.	405
13.3. Denúnciação da lide.	407
13.3.1. Denominação.	407
13.3.2. Definição e natureza.	409
13.3.3. Hipóteses de cabimento.	411
13.3.4. Processamento.	415
13.4. Chamamento ao processo.	420
13.4.1. Definição e natureza.	420
13.4.2. Hipóteses de cabimento.	423
13.4.3. Processamento.	426
13.5. Incidente de descon sideração da personalidade jurídica.	427
13.5.1. A descon sideração da personalidade jurídica.	427

13.5.2. Perfil do incidente.....	429
13.6. <i>Amicus curiae</i>	432
13.6.1. Noções gerais.....	432
13.6.2. Natureza e definição.....	433
13.6.3. Admissão no processo.....	435
Verificação de Aprendizagem.....	439
Planificação para aula.....	440
Bibliografia.....	444
14. OS PERSONAGENS DO PROCESSO.....	447
14.1. Magistratura.....	447
14.1.1. Definição.....	447
a) Acepção objetiva.....	448
b) Acepção subjetiva.....	449
14.1.2. Seleção dos magistrados.....	451
14.1.3. Garantias constitucionais.....	453
14.1.4. Princípios insertos no CPC.....	455
14.1.5. Impedimento e suspeição do magistrado.....	459
a) Hipóteses de ocorrência.....	459
14.2. Auxiliares da Justiça.....	465
14.3. Ministério Público.....	468
14.3.1. Generalidades.....	468
14.3.2. Princípios institucionais.....	471
14.3.3. Atribuições no juízo cível.....	472
14.4. Da Advocacia Pública.....	474
14.5. Defensoria Pública.....	479
14.5.1. Generalidades.....	479
14.5.2. Princípios institucionais e objetivos.....	481
Verificação de Aprendizagem.....	484
Planificação para aula.....	485
Bibliografia.....	487

15. TEORIA GERAL DOS ATOS PROCESSUAIS.....	489
15.1. Noções gerais	489
15.2. Princípios.	491
15.3. Classificação.....	498
a) Atos da parte.	499
b) Atos do juiz.	500
c) Atos dos auxiliares da Justiça.	502
15.4. Lugar dos atos processuais.....	503
15.5. Flexibilização do procedimento.....	504
Verificação de Aprendizagem.....	506
Planificação para aula.....	506
Verificação de Aprendizagem.....	506
Planificação para aula.....	506
Bibliografia	507
16. TEORIA DOS PRAZOS	509
16.1. Definição.....	509
16. 2. Princípios.....	510
a) Paridade de tratamento.	511
b) Brevidade e utilidade.	513
c) Não continuidade.	514
d) Inalterabilidade.	515
16.3. Classificação.....	516
16. 4. Contagem.	518
16. 5. Verificação dos prazos e penalidades.....	523
16. 6. Tempo dos atos processuais.....	525
16. 7. Preclusão.....	528
Verificação de Aprendizagem.....	531
Planificação para aula.....	532
Bibliografia	533
17. ATOS PROCESSUAIS EM ESPÉCIE	535
17.1. Comunicações dos atos processuais.....	535

17.2. Das cartas.....	536
17.3. Da citação.....	539
17.3.1. Noções gerais.....	539
a) Definição e natureza jurídica.....	539
b) Necessidade.....	542
c) Destinatário e local.....	544
17.3.2. Efeitos.....	545
17.3.3. Modalidades.....	548
a) Citação real indireta: correio e meio eletrônico.....	548
b) Citação real direta: oficial de justiça e escrivão.....	551
c) Citação ficta ou presumida: edital e hora certa.....	552
17.4. Intimações.....	557
17.5. Distribuição e registro.....	560
17.6. Do valor da causa.....	564
a) Necessidade e mensuração.....	564
b) Finalidades.....	566
c) Impugnação.....	568
Verificação de Aprendizagem.....	569
Planificação para aula.....	569
Bibliografia.....	571
18. TEORIA DAS NULIDADES.....	573
18.1. Noções gerais.....	573
18.2. Regimes de decretação de nulidades.....	575
18.3. Classificação.....	576
18.4. Princípios.....	579
Verificação de Aprendizagem.....	581
Planificação para aula.....	582
Bibliografia.....	582
19. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....	585
19.1. Formação.....	585
19.2. Suspensão.....	588

19.3. Extinção.....	592
Verificação de Aprendizagem.....	593
Planificação para aula.....	594
Bibliografia.....	594
20. DAS MEDIDAS CAUTELARES AS TUTELAS DE URGÊNCIA.....	597
20.1. O processo cautelar como uma terceira espécie de processo.....	597
20.2. Evolução do processo cautelar no Brasil.	600
20.3. Perfil da tutela antecipada no CPC de 1973.	605
20.3.1. Âmbito de cabimento.....	605
20.3.2. Concessão da medida.	606
20.3.3. Requisitos.	608
20.4. Perfil da tutela cautelar no CPC de 1973.	610
20.4.1. O processo cautelar.....	610
20.4.2. Poder geral de cautela.	613
20.4.3. Procedimento cautelar.....	615
Verificação de Aprendizagem.....	617
Planificação para aula.....	618
Bibliografia.....	619
21. TUTELA PROVISÓRIA.....	621
21.1. Noções gerais.....	621
21.1.1. Classificação.....	622
21.1.2. Eficácia.	624
21.1.3. Efetivação.	626
21.1.4. Demais aspectos tratados.	628
21.2. Tutela de urgência.	629
21.2.1. Perfil.	629
21.2.2. Requisitos.....	631
21.2.3. Liminar.....	633
21.2.4. Responsabilidade por dano causado pela tutela de urgência.	637
21.3. Tutela antecipada antecedente.....	638
21.3.1. Estabilização da tutela de urgência.	638

21.3.2. Petição simplificada	640
21.3.3. Aditamento ou emenda da petição simplificada.....	643
21.3.4. Estabilização do provimento.....	645
21.4. Tutela cautelar antecedente.....	649
21.4.1. Noções iniciais.....	649
21.4.2. Procedimento.....	650
21.5. Tutela de evidência.....	655
21.5.1. Definição.....	655
21.5.2. Hipóteses de cabimento.....	657
Verificação de Aprendizagem.....	660
Planificação para aula.....	661
Bibliografia	666

OLAVO DE OLIVEIRA NETO
ELIAS MARQUES DE MEDEIROS NETO
PATRÍCIA ELIAS COZZOLINO DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL

Volume 2 – Tutela de Conhecimento
(Lei n.º 13.105/15 - Novo CPC)



SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	3
OS AUTORES.....	7

Livro I ESTRUTURA DO PROCEDIMENTO COMUM

1. PROCEDIMENTO	27
1.1. Definição.....	27
1.2. Classificação dos procedimentos.....	29
1.3. Fases do procedimento comum.....	31
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	33
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	33
BIBLIOGRAFIA	33
2. PETIÇÃO INICIAL.....	35
2.1. Noções gerais.....	35
2.2. Requisitos.....	38
2.3. Documentos.....	42
2.4. Recebimento e emenda.....	43
2.5. Indeferimento.....	45
a) Taxatividade dos critérios de indeferimento.....	45
b) Hipóteses legais.....	47
c) Impugnação da decisão que indefere a inicial.....	49
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	52
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	53
BIBLIOGRAFIA	53
3. PEDIDO.....	55
3.1. Definição.....	55
3.2. Certeza e determinação do pedido.....	57
3.3. Pedido determinado e dano moral.....	60

3.4. Classificação.....	67
a) Quanto ao destinatário.....	67
b) Quanto à quantidade.....	67
c) Quanto ao momento processual.	68
d) Quanto à forma.....	69
3.5. Cumulação de pedidos (art. 327, do CPC).....	71
3.6. Interpretação e pedidos implícitos.....	73
3.7. Princípio da congruência.....	75
3.8. Improcedência liminar do pedido	76
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	78
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	79
BIBLIOGRAFIA	80
4. DEFESA DO RÉU.....	83
4.1. Bilateralidade da ação.	83
4.2. Classificação.	84
4.3. Meios de defesa.....	87
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	88
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	88
BIBLIOGRAFIA	89
5. CONTESTAÇÃO	91
5.1. Definição.....	91
5.2. Princípio da eventualidade, ônus da impugnação específica dos fatos e contestação por negação geral.....	93
5.3. Preliminares de contestação.	96
5.4. Incidente de correção de ilegitimidade passiva.	104
5.5. Aspectos formais.	106
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	108
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	109
BIBLIOGRAFIA	110
6. RECONVENÇÃO.....	113
6.1. Considerações gerais.....	113
6.2. Natureza jurídica.	115

6.3. Definição.....	117
6.4. Requisitos.....	118
6.5. Processamento.....	122
6.6. Autonomia quanto a decisões das pretensões contidas na ação e na reconvenção.....	125
6.7. Casuística.....	126
a) Pedido contraposto.....	126
b) Ações de natureza dúplice.....	129
c) Reconvenção da reconvenção.....	130
d) Provimentos declaratórios.....	132
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	133
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	134
BIBLIOGRAFIA.....	135
7. REVELIA	137
7.1. Noções gerais.....	137
7.2. Efeitos da revelia.....	140
a) Presunção de veracidade.....	141
b) Fluência dos prazos.....	142
c) Aceleração do curso do processo.....	143
7.3. Causas de elisão dos efeitos da revelia.....	143
7.4. Casuística.....	146
a) Comparecimento do réu revel em juízo.....	146
b) Proibição da alteração do pedido e da causa de pedir.....	148
c) Revelia nos embargos do devedor.....	149
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	152
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	152
BIBLIOGRAFIA.....	153
8. SANEAMENTO	155
8.1. Noções gerais.....	155
8.2. Providências preliminares.....	156
a) Não incidência dos efeitos da revelia.....	157
b) Fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.....	159

c) Alegações do réu.....	160
8.3. Julgamento conforme o estado do processo.....	161
a) Extinção do processo.....	163
b) Do julgamento antecipado do mérito.....	165
c) Julgamento antecipado parcial do mérito.....	167
8.4. Saneamento e organização processo.....	168
8.4.1. Evolução recente.....	168
8.4.2. Natureza e definição.....	170
8.4.3. Conteúdo da decisão.....	174
8.4.4. Aspectos procedimentais.....	176
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	178
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	178
BIBLIOGRAFIA.....	180
9. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO	183
9.1. Noções introdutórias.....	183
9.2. Poder de polícia em audiência.....	185
9.3. Princípios.....	189
9.4. Espécies.....	192
9.5. Dinâmica da audiência.....	194
9.6. Adiamento da audiência.....	198
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	200
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	200
BIBLIOGRAFIA.....	202

Livro II DA PROVA JUDICIÁRIA.

10. TEORIA GERAL DA PROVA	205
10.1. Considerações iniciais.....	205
10.2. Definição.....	206
10.3. Finalidade.....	208
10.4. Classificação.....	210
10.5. Objeto.....	212

10.5.1. Ponto e questão.	212
10.5.2. Questões de fato e questões de direito.	214
10.5.3. A prova das questões de direito.	216
10.5.4. A prova das questões de fato.	218
10.5.5. Fatos notórios, indícios, presunções e máximas de experiência.	221
a) Fatos notórios.	221
b) Indícios e presunções.	223
c) Máximas de experiência.	226
10.6. Ônus da prova.	228
10.7. Valoração da prova.	234
10.8. Meios de prova e provas atípicas.	237
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	239
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	240
BIBLIOGRAFIA.	244
11. MEDIDAS ASSECURATÓRIAS DA PROVA.	249
11.1. Da produção antecipada de provas.	250
11.1.1. Natureza e definição.	250
11.1.2. Hipóteses de cabimento.	253
11.1.3. Procedimento.	256
11.2. Arrolamento de bens.	259
11.3. Justificação.	260
11.4. Da exibição de documento ou coisa.	262
11.4.1. Definição, natureza e objeto.	262
11.4.2. Procedimento.	264
a) Exibição contra a parte.	265
b) Exibição contra terceiro.	267
c) Escusas.	268
d) Preceito cominatório.	269
11.5. Da arguição de falsidade.	272
a) Natureza jurídica.	273
b) Objeto.	274

c) Procedimento.....	276
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	277
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	278
BIBLIOGRAFIA.....	280
12. MEIOS DE PROVA PREDOMINANTEMENTE ESCRITOS	283
12.1. Da prova documental.	283
a) Noções gerais.	283
b) Definição.	284
c) Classificação.....	286
12.2. Da força probante dos documentos.....	289
12.3. Produção da prova documental.	292
12.4. Da ata notarial.	295
12.5. Documentos eletrônicos.	297
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	298
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	299
BIBLIOGRAFIA.....	300
13. MEIOS DE PROVA PREDOMINANTEMENTE ORAIS	303
13.1. Noções introdutórias.	303
13.2. Confissão.....	304
a) Natureza e definição.	304
b) Elementos.....	306
c) Espécies.....	309
d) Revogação e retratação.....	310
13.3. Depoimento pessoal.....	311
a) Legalidade.	311
b) Procedimento.	314
c) Interrogatório livre.....	316
13.4. Prova testemunhal.	318
13.4.1. Perfil da testemunha.	319
13.4.2. Admissibilidade.....	321
13.4.3. Da produção da prova testemunhal.....	324

a) Rol de testemunhas.....	325
b) Local do depoimento.....	327
c) Intimação.....	329
d) Inquirição.....	331
e) Testemunha referida e acareação.	333
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	334
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	335
BIBLIOGRAFIA	339
14. OUTROS MEIOS DE PROVA	341
14.1. Prova pericial.	341
14.1.1. O perito.....	343
a) Perfil legal.....	343
b) Remuneração.	346
14.1.2. Tipos legais.	349
14.1.3. Admissibilidade.	351
14.1.4. Espécies.	353
14.1.5. Produção da prova.....	357
14.1.6. Laudo pericial.....	361
14.2. Da inspeção judicial.....	362
14.2.1. Generalidades.....	362
14.2.2. Procedimento.....	364
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	365
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	365
BIBLIOGRAFIA	367

Livro III SENTENÇA E COISA JULGADA

15. SENTENÇA	371
15.1. Evolução do conceito e definição.	371
15.2. Função da sentença.....	374
15.3. Espécies.....	376
15.3.1. Sentença terminativa – Hipóteses de cabimento.....	378

15.3.2. Sentença terminativa – Peculiaridades.	382
15.3.3. Sentença definitiva.	386
15.4. Elementos essenciais.	388
15.4.1. Relatório.	390
15.4.2. Fundamentação.	392
15.4.3. Dispositivo.	396
15.5. Determinação do pedido na sentença.	398
15.6. Efeitos da sentença - Hipoteca judiciária.	400
15.7. Remessa necessária.	403
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	406
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	407
BIBLIOGRAFIA.	410
16. JULGAMENTO DAS AÇÕES RELATIVAS ÀS PRESTAÇÕES DE FAZER, DE NÃO FAZER E DE ENTREGA DA COISA.	413
16.1. Adimplemento específico.	413
16.2. Conversão em perdas e danos e multa.	415
16.3. Obrigação de entregar coisa.	418
16.4. Ação que tenha por objeto emissão de declaração de vontade.	419
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.	420
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	421
BIBLIOGRAFIA.	421
17. COISA JULGADA.	423
17.1. Evolução do conceito e definição.	423
17.2. Espécies.	426
17.3. Decisões que não produzem coisa julgada.	428
17.4. Limites.	430
a) Objetivos.	430
b) Subjetivos.	436
17.5. Eficácia preclusiva da coisa julgada.	438
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.	441
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.	442
BIBLIOGRAFIA.	444

18. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....	447
18.1. Noções iniciais.....	447
18.2. Limites objetivos.....	449
18.3. Natureza jurídica.....	452
18.4. Espécies.....	456
a) Cálculo.....	456
b) Arbitramento.....	459
c) Artigos.....	462
18.5. Alcance da decisão que encerra a fase.....	464
18.6. Preclusão e liquidação.....	465
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	467
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	468
BIBLIOGRAFIA.....	469

Livro IV
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

19. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO	475
19.1. Noções iniciais.....	475
19.2. Definição e natureza.....	476
19.3. Legitimidade ativa.....	478
19.4. Espécies de consignação.....	479
a) Consignação extrajudicial.....	479
b) Consignação judicial.....	480
c) Consignação em caso de dúvida.....	483
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	485
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	485
BIBLIOGRAFIA.....	487
20. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS.....	489
20.1. Noções iniciais.....	489
20.2. Procedimento.....	490
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	493
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	494

BIBLIOGRAFIA	494
21. AÇÕES POSSESSÓRIAS.....	495
21.1. A proteção da posse.....	495
21.2. Disposições comuns às ações possessórias.....	497
21.3. Procedimento nas ações de reintegração e de manutenção de posse.	501
21.4. Ação de interdito proibitório.	505
21.5. Ações possessórias multitudinárias.....	507
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	508
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	509
BIBLIOGRAFIA	511
22. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES	513
22.1. Disposições gerais.	513
22.2. Demarcação.	514
22.3. Divisão.	515
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	517
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	517
BIBLIOGRAFIA	517
23. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE	519
23.1. Conceito, partes e objeto.	519
23.2. Procedimento.	521
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	524
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	525
BIBLIOGRAFIA	525
24. INVENTÁRIO E PARTILHA.....	527
24.1. Noções gerais.	527
24.2. Espécies.	531
24.3. Procedimento base.....	531
24.3.1. Disposições gerais.....	532
a) Inventário extrajudicial.....	532
b) Prazo de abertura e de encerramento.	533
c) Questões de alta indagação.....	536

24.3.2. Legitimidade e requerimento de abertura.....	538
24.3.3. Inventariante.....	541
a) Ordem de nomeação.....	541
b) Poderes (encargos).	542
c) Primeiras declarações.....	544
d) Remoção do inventariante.....	545
24.3.4. Citações e impugnações.	548
24.3.5. Ultimação do inventário.	549
24.4. Partilha.....	551
a) Processamento.....	551
b) Ação anulatória da partilha.....	554
c) Ação rescisória da partilha.	556
24.5. Arrolamento.	557
24.6. Disposições finais.	560
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	561
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	562
BIBLIOGRAFIA.....	566
25. EMBARGOS DE TERCEIROS.....	569
25.1. Conceito.	569
25.2. Legitimidade.....	570
25.3. Procedimento.....	573
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	577
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	578
BIBLIOGRAFIA.....	578
26. OPOSIÇÃO.....	581
26.1. Evolução, natureza e definição.	581
25.2. Procedimento.	585
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	588
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	588
BIBLIOGRAFIA.....	590
27. AÇÕES DE FAMÍLIA.....	591

27.1. Generalidades.....	591
27.2. Espécies.....	592
27.3. Procedimento.....	596
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	597
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	598
BIBLIOGRAFIA.....	598
28. MONITÓRIA.....	601
28.1. Generalidades.....	601
28.2. Natureza e definição.....	604
28.3. Requisitos.....	608
28.4. Espécies.....	611
28.5. Procedimento.....	613
28.6. Defesa.....	617
VERIFICAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	619
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	620
BIBLIOGRAFIA.....	621
29. OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS CONTECIOSOS.....	623
29.1. Habilitação.....	623
29.2. Homologação de penhor legal.....	624
29.3. Regulação de avaria grossa.....	627
29.4. Restauração de autos.....	631
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	632
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	633
BIBLIOGRAFIA.....	633
30. DISPOSIÇÕES GERAIS DOS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA.....	635
VERIFICAÇÃO DE APREDIZAGEM.....	636
PLANIFICAÇÃO PARA AULA.....	637
BIBLIOGRAFIA.....	637